

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.239 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 2001



Jader Barbalho, presidente nacional do PMDB, é apoiado pelo PSDB



O senador Jefferson Péres é o candidato do PT, do PPS, do PSB e do PDT



Arlindo Porto, do PTB, foi lançado pelo PFL e conta com o apoio da bancada do PPB

Senadores escolhem na tarde de hoje o novo presidente da Casa

Em sessão marcada para as 15h, os senadores elegem hoje o parlamentar que presidirá o Senado no biênio 2001/2002. Jader Barbalho, Jefferson Péres e Arlindo Porto concorrem ao cargo. Uma vez eleito, o novo presidente será imediatamente empossado e dirigirá os trabalhos para a eleição dos demais membros da Mesa.

PÁGINAS 6 E 7

Aprovada mudança em legislação previdenciária

PÁGINA 3

Antonio Carlos recebe as homenagens do Plenário

PÁGINAS 8, 9 E 10

Comissão aguarda posição do Canadá para decidir viagem

PÁGINAS 5 E 12



Procuradoria pode investigar Eurico e Luxemburgo

PÁGINA 3



**PRESIDENTE DO SENADO
INAUGURA SEDE DO
PROGRAMA INTERLEGIS**

Senadores e deputados participaram da inauguração da sede do Interlegis, rede de comunicação que visa integrar as câmaras municipais, assembleias legislativas e as duas Casas do Congresso

PÁGINA 4

Presidente do STJ apóia limitação de MPs

Ministro Paulo Costa Leite faz visita a Antonio Carlos Magalhães, que está deixando a presidência do Senado, e manifesta sua posição favorável à proposta que disciplina a edição de medidas provisórias

Antonio Carlos acredita em vitória de Arlindo Porto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou excelente o lançamento da candidatura do senador Arlindo Porto (PTB-MG) à Presidência da Casa e demonstrou confiança nas chances de vitória do político mineiro.

— Sobretudo porque ele é um homem sério e digno, ao contrário do nosso contendor — disse Antonio Carlos.

O senador enfatizou que não se trata de uma candidatura apenas para marcar posição — “é para ganhar mesmo” —, mas não quis fazer previsões, a não ser que os votos da bancada do PFL estão garantidos.

— Não posso arriscar número de votos, porque o Senado é independente, e fazer isso iria até prejudi-

car a candidatura. O PFL — aí, é unanimidade. O partido está unido, para essa e outras posições — assegurou.

O senador explicou que existiam várias alternativas, entre elas a candidatura própria do PFL e também o apoio a um nome de outra legenda, como o senador José Fogaça (PMDB-RS), que aceitou “com alegria” o nome de Arlindo Porto.

Antonio Carlos disse que não vê problemas na passagem do cargo a seu sucessor.

— Não tenho nenhuma dificuldade, porque vou passar o cargo para Arlindo Porto. Se, por acaso, fosse para um adversário, passaria e, no outro dia, começaria o meu combate — afirmou.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite, reuniu-se ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e disse apoiar a proposta de emenda constitucional que limita o poder do Executivo para editar medidas provisórias. A visita de Costa Leite teve caráter de despedida, pois Antonio Carlos está deixando a Presidência do Senado.

A proposta de emenda constitucional que disciplina as situações em que o Executivo pode editar medidas provisórias e restringe suas possibilidades de reedição foi aprovada no Senado e está na Câmara dos Deputados, pronta para votação. As lideranças partidárias chegaram, inclusive, a cogitar de incluir a matéria na



Antonio Carlos recebeu o ministro Costa Leite e ouviu uma manifestação de apoio à limitação das medidas provisórias

pauta de votações da convocação extraordinária do Congresso, que termina hoje. Mas, por

iniciativa dos parlamentares da base governista, a matéria será examinada posteriormente.



PREFEITOS DA BAHIA HOMENAGEIAM ACM

Antonio Carlos Magalhães recebeu na manhã de ontem (foto) uma homenagem de prefeitos de municípios baianos que vieram em caravana a Brasília para acompanhar, hoje, a última sessão da qual o senador participará na qualidade de presidente da Casa.

Durante o encontro, vereadores do município de Luís Eduardo Magalhães entregaram uma placa de homenagem a Antonio Carlos, destacando seu trabalho no Congresso Nacional e em prol do desenvolvimento do estado da Bahia.

Emilia participa de encontro pela reunificação das Coreias

A senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS) anunciou ontem viagem oficial a Medellín, na Colômbia, nos próximos dias 15 e 16, para participar da reunião do Comitê Latino-Americano e do Caribe de Apoio à Reunificação das Coreias. O objetivo do encontro é trabalhar pelo estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com a República Democrática Popular da Coreia do Norte, facilitando, assim, a sua união com a Coreia do Sul.

Emilia, que visitou a Coreia do Norte em 1996, ocasião em que aquele país iniciava seus esforços para sair do isolamento, aproximando-se da comunidade internacional, tem presidido o grupo parlamentar Brasil-República Democrática Popular da Coreia. Ela considera positivos os acenos do presidente Fer-

nando Henrique Cardoso em favor do estabelecimento de relações com aquele país. Para a senadora, porém, o Brasil deve ser fiel a seus princípios de independência nas relações internacionais, e não pode impor restrições à Coreia do Norte.

Ela salientou que o tema da reunificação das Coreias obteve grande apoio durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. “A República Democrática Popular da Coreia tem muito a oferecer aos outros povos”, afirmou, lembrando a história e cultura daquela nação.

Anunciando que estará, também, no dia 15 de abril — maior data nacional da Coreia do Norte — em nova visita oficial àquele país, Emilia salientou o interesse dos coreanos em comprar petróleo e produtos agrícolas do Brasil.



Emilia vai à reunião do Comitê Latino-Americano e do Caribe de Apoio à Reunificação das Coreias

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 2001

PLENÁRIO

15h — Reunião preparatória

Pauta: Eleição do presidente do Senado Federal. Obs.: Em seguida, realiza-se uma segunda reunião preparatória para eleição dos demais membros da Mesa e quatro suplentes.

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Outras Estórias*, de Pedro Bial. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Punição de infrações à lei previdenciária pode mudar

Projeto que responsabiliza diretamente o servidor público que descumprir legislação da área é aprovado pelo Plenário do Senado. Como foram aceitas duas emendas, proposta retornará à Câmara dos Deputados

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que responsabiliza diretamente o servidor público que infringir a legislação previdenciária. A lei que trata do assunto prevê atualmente que, além do funcionário, o dirigente do órgão também seja punido. O Ministério da Previdência entendeu que havia dupla inconstitucionalidade no caso, especialmente por permitir que haja desconto no salário do funcionário logo após a acusação, mesmo antes de ser julgada sua defesa.

O relator da proposta, senador José Fogaça (PMDB-RS), aceitou duas emendas, uma delas destinada a limitar o desconto do salário a 50%, caso se comprove a culpa do funcionário que infrin-

gir a lei previdenciária. A outra destina-se a melhorar a redação do projeto. Por causa da emenda sobre o limite do salário, a proposta voltará ao exame dos deputados.

O projeto original foi apresentado ao Congresso pelo presidente da República, por sugestão do ministro da Previdência. Ele argumenta que a inconstitucionalidade tem provocado atritos entre o INSS e os dirigentes de órgãos municipais que estão filiados ao sistema previdenciário. "A mudança tipifica claramente a prática de infração", ponderou o relator, José Fogaça.



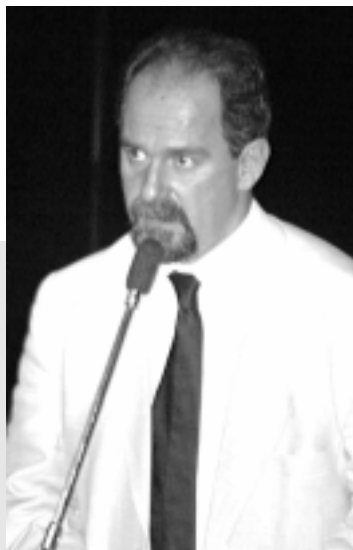
O Plenário acolheu emenda que limita o desconto a 50% do salário, caso se comprove a culpa do funcionário

O senador observou ainda que a atual redação da Lei 8.212/91 é injusta, pois o dirigente do órgão, mesmo sem intenção de cometer qualquer infração, responde pelo erro ou negligência do funcionário.

Plenário aprova voto de pesar pela morte de ex-dirigente do PSB

O Senado aprovou requerimento para inserção em ata de voto de pesar pela morte do jornalista, advogado e ex-dirigente do Partido Socialista Brasileiro de Sergipe José Rosa de Oliveira Neto, de 72 anos, ocorrida na segunda-feira, em Aracaju. Autor do requerimento, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) leu homenagem póstuma publicada em editorial na edição de ontem do jornal *Gazeta de Sergipe*.

Dutra disse que José Rosa participou de movimentos em defesa da redemocratização de 1945, da anistia e da campanha "O petróleo é nosso". Socialista, enfrentou a repressão e a prisão e foi um dos primeiros alunos da Faculdade de Direito de Sergipe. Também ocupou por pouco mais de um ano a Casa Civil do governo de Sergipe na gestão de Seixas Dória, deposto pela Revolução de 1964.



Dutra afirmou que José Rosa participou de movimentos em defesa da redemocratização

CPI pede inquérito contra Eurico Miranda e Wanderley Luxemburgo

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que apura irregularidades no futebol brasileiro, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), informou que pediu ontem à Procuradoria Geral da República que abra inquérito contra o presidente do Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), contra o técnico Wanderley Luxemburgo e contra o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva. Segundo a CPI, há indícios de fraude cam-



posível à Advocacia-Geral da União rastrear contas bancárias e movimentações financeiras no exterior. O senador disse que a agenda da CPI para a próxima semana está mantida, com a tomada de depoimentos de ex-dirigentes do Vasco da Gama nos dias 20 e 21. No dia 23, seria realizada a audiência pública sobre a chamada Lei do Passe.



Álvaro explicou que só inquérito viabilizará o rastreamento das contas bancárias no exterior

Castro cumprimenta ACM por luta em favor dos miseráveis

O ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Reginaldo Oscar de Castro, que deixou o cargo recentemente, enviou carta de despedida ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cumprimentando-o pelas "bandeiras levantadas em favor dos miseráveis e contra o irresponsável abuso na edição de medidas provisórias". A carta foi lida ontem em plenário.

Reginaldo de Castro diz que Antonio Carlos dirigiu o Senado e o Congresso, por quatro anos, "de forma democrática e elevada", recebendo sempre as observações da Ordem dos Advogados sobre os mais diversos temas.

"A história saberá conferir a

Vossa Excelência merecido reconhecimento e consignará, não tenho dúvida, a coragem cívica, hoje tão rara, que marca as posições políticas adotadas no mandato que se encerra", afirma Reginaldo de Castro em sua carta.

Antonio Carlos Magalhães afirmou, logo após a leitura da carta, que Reginaldo de Castro fazia justiça ao Senado, observando que o Senado e a OAB podem ter tido divergências, "mas sempre em favor da democracia".

— Para mim, é um galardão receber da Ordem dos Advogados do Brasil este ofício, que engrandece o presidente, mas também o Senado — afirmou.

Para senador, colunista tenta intrigá-lo com oposicionistas

Apesar de dizer que não costuma desmentir notas de jornais, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acusou em plenário, ontem, uma coluna de jornal de "mentir" e tentar intrigá-lo com a oposição, por afirmar que existem no Congresso parlamentares de partidos oposicionistas que o admiram.

Antonio Carlos não citou em nenhum momento o nome do jornal ou do jornalista. Na edição de ontem, no entanto, a coluna "Política", do jornal *Valor*, sob o título "A bancada petista de Antonio Carlos", sustenta que



Antonio Carlos diz que tem "grande apreço e respeito" por Dutra

"mora na Câmara dos Deputados, mas tem barracão no Senado, uma pequena bancada petista fascinada pelo senador Antonio Carlos Magalhães". A coluna, assinada por Ricardo Amaral, menciona os nomes dos deputados petistas José Genoíno (SP) e Aloizio Mercadante (SP), além do senador José Eduardo Dutra (SE).

O presidente do Senado observou ainda que tem "um grande apreço e respeito" por Dutra e disse que notas de jornais com intrigas objetivam as eleições para as presidências do Senado e da Câmara, que serão realizadas hoje.

Senado inaugura a sede do programa Interlegis

ACM, parlamentares, diretores e funcionários da Casa, além de representante do BID, participam da solenidade que marca nova fase do programa que interliga o Legislativo federal às assembleias estaduais e às câmaras municipais

Ao lado de senadores, deputados federais, deputados estaduais, diretores e funcionários da Casa, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugurou ontem de manhã a sede do programa Interlegis, uma rede de comunicação chamada de Comunidade Virtual do Poder Legislativo e que visa integrar as câmaras municipais, as assembleias legislativas e as duas Casas do Congres-

so Nacional, para modernizar e aprimorar a atuação dos legisladores brasileiros. O Interlegis, destacou Antonio Carlos, deverá contribuir decididamente para "aprimorar a cidadania e consolidar a democracia no país".

Com os recursos da Internet, o programa vai conectar gradualmente 5.500 casas legislativas e 60 mil parlamentares de todo o país. As assembleias legislativas e os

municípios-pólo já estão recebendo os equipamentos distribuídos pelo programa. As 27 assembleias estaduais serão interligadas por rede privada e dotadas de sala multiuso, equipada com 20 microcomputadores e uma impressora, bem como instalações para realização de videoconferências. De início, 510 municípios que já aderiram ao programa receberão os equipamentos necessários à sua integração na rede.

De acordo com a diretora-executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), Regina Célia Peres Borges, o Interlegis deverá operar na formação de recursos humanos, organização de rotinas legislativas e administrativas, bem como no desenvolvimento de tecnologias de informação. O programa, orçado em US\$ 50 milhões, ganhou

apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e já desperta o interesse de outros países, conforme destacou Regina Borges, ao falar na solenidade de inauguração.

O edifício sede do programa Interlegis é uma obra com três andares e um subsolo localizado ao lado da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, do Senado. De concepção moderna e funcional, o local apresenta em seu saguão de entrada um mural do artista plástico Athos Bulcão. Ao saudar a inauguração da sede do Interlegis, o senador Ronaldo

Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário do Senado, destacou o significado da obra para o aprimoramento da atividade legislativa brasileira e definiu a solenidade como a "concretização de um sonho". Ronaldo Cunha Lima, assim como a diretora do Prodasen, enfatizaram a liderança e a contribuição do presidente do Senado para a concretização do projeto.

Antonio Carlos Magalhães, ao discursar, afirmou que ele e seus

colégas da Mesa do Senado estavam chegando "ao fim de um período de quatro anos de intenso trabalho e muitas realizações".

— Nesse esforço, o fortalecimento do Poder Legislativo sempre esteve entre minhas prioridades, pois sempre soube que dessa forma estaria fortalecendo a democracia e, assim fazendo, promoveria o fortalecimento do Estado brasileiro — disse. Com essa motivação, observou, é que delegou ao Prodasen a execução do "ambicioso plano de integrar todas as casas legislativas do país".

O presidente do Senado assinou ainda que "o Legislativo está-se aperfeiçoando e, apesar de tudo, amadurecendo". Segundo ele, "estamos construindo um poder mais eficiente e ágil, cuja atuação torna-se cada vez mais transparente". Antonio Carlos chamou a atenção para o empenho da Casa em melhorar e ampliar os canais para que os eleitores se comuniquem com seus representantes.

— Com isso, o cidadão ganhou também maior acesso aos mecanismos de controle e de combate ao desperdício e, sobretudo, à corrupção — acrescentou, enfatizando que "a informação tem que servir à inteligência e ao aperfeiçoamento das instituições, mas tem que servir também, não para ajudar, mas para combater e erradicar a corrupção onde quer que ela se encontre".

Também estiveram presentes à solenidade o segundo-secretário do Senado, Carlos Patrocínio (PFL-TO), e os senadores Paulo Souto (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP), Bernardo Cabral (PFL-AM), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Geraldo Althoff (PFL-SC), Lauro Campos (PT-DF), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Mauro Miranda (PMDB-GO) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO); o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, o prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy, e o representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Waldemar Wirsigh.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Ludgério Monteiro, gerente do Pronaf, e o secretário de Política Agrícola da Contag, Alberto Ercílio Broch, falam sobre agricultura familiar
7h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Melo fala sobre as relações Brasil-Canadá
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Saúde/Unip* — O Coração — parte 2
9h — *As Cores do Brasil* — Ceará
9h30 — *Entrevista* — Sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel
10h — *Debate* — Ludgério Monteiro, gerente do Pronaf, e o secretário de Política Agrícola da Contag, Alberto Ercílio Broch, falam sobre agricultura familiar
11h — *Cidadania* — Sen. Tião Viana e o coordenador do Programa de Dengue da Fundação Nacional de Saúde, Paulo Vilarinho, falam sobre a dengue no Brasil
12h — *As Cores do Brasil* — Itaipu — Costa Oeste
12h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Melo fala sobre as relações Brasil-Canadá
13h — *As Cores do Brasil* — Camboriú
13h30 — *Debate* — Ludgério Monteiro, gerente do Pronaf, e o secretário de Política Agrícola da Contag, Alberto Ercílio Broch, falam sobre agricultura familiar
14h30 — *Entrevista* — Sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel
15h — Sessão Plenária — Reuniões preparatórias para eleição do presidente e da Mesa do Senado (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — Sen. Alberto Silva fala sobre biodiesel

19h — *As Cores do Brasil* — Natal
19h30 — *Debate* — Ludgério Monteiro, gerente do Pronaf, e o secretário de Política Agrícola da Contag, Alberto Ercílio Broch, falam sobre agricultura familiar
20h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Melo fala sobre as relações Brasil-Canadá
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
15h — Reunião preparatória para eleição do presidente do Senado (ao vivo)
Em seguida — Reunião preparatória para eleição dos demais membros da Mesa
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
24h — Reunião preparatória para eleição do presidente do Senado (reprise)
Em seguida — Reunião preparatória para eleição dos demais membros da Mesa

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



A sede do Interlegis, programa do Senado que tem apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento



Senadores, deputados federais e estaduais participaram, ao lado de Antonio Carlos, da inauguração da sede do Interlegis

Senado votou 2.322 matérias em quatro anos

Mesa que encerra hoje seu mandato, sob a presidência de Antonio Carlos Magalhães, dirigiu 769 sessões desde 1997. Entre os projetos apreciados destacam-se emendas constitucionais e a criação de agências reguladoras

Geraldo Melo analisa na TV a crise com o Canadá

O senador Geraldo Melo (PSDB/RN) é o convidado do programa *Entrevista* de hoje na TV Senado. O tema da entrevista é a crise entre o Brasil e o Canadá, em consequência do boicote do governo canadense à carne bovina brasileira. O senador afirma que a crise "está dentro do quadro das relações comerciais externas do Brasil, em que, sob proteção da Organização Mundial do Comércio, os países mais ricos vêm retaliando os países mais pobres". O programa será exibido às 7h30, 12h30 e 20h30.

O programa *Debate* traz como convidados o gerente do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), Ludgério Monteiro, e o secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Erclio Broch, falando sobre a agricultura familiar. O programa vai ao ar às 10h, 13h30 e 19h30.

Biodiesel é o tema debatido no outro programa *Entrevista* de

hoje na TV Senado, que vai ao ar às 9h30, 14h30 e 18h30. O senador Alberto Silva (PMDB/PI), convidado do programa, fala do acordo, do qual foi patrocinador, entre a Universidade Federal do Piauí e a equipe técnica da Universidade Federal do Ceará, em torno do projeto de viabilização do óleo combustível feito a partir da mamona. O senador afirma que a comercialização do biodiesel, como é chamado, melhoraria a vida de pelo menos cem mil agricultores do sertão do Piauí, já que a mamona é resistente à seca, podendo ser cultivada o ano todo, gerando renda para o agricultor.

O programa *Cidadania* da TV Senado traz como convidados hoje o senador Tião Viana (PT-AC) e o coordenador do Programa de Combate à Dengue da Fundação Nacional de Saúde, Paulo Vilarinhos. O programa, que vai ao ar às 11h, apresenta um balanço dos trabalhos de combate à dengue e a situação da doença hoje no país.

Sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, a Mesa do Senado que dirigiu os trabalhos legislativos nos últimos quatro anos (1997 a 2000) deixará como resultado a apreciação de 2.322 matérias em 769 sessões realizadas. Os senadores também participaram de cinco sessões legislativas extraordinárias (em julho de 1997 e em todos os meses de janeiro, de 1998 a 2001).

Em 1997, o Senado realizou 241 sessões plenárias, apreciou 704 matérias, aprovando 569 e arquivando 135. Também votou cinco emendas constitucionais, destacando-se a que limita a edição de medidas provisórias por parte do Executivo, que ainda está sendo examinada pela Câmara dos Deputados. A aprovação da Lei Geral de Telecomunicações e a criação das agências nacionais de Petróleo (ANP) e de Energia Elétrica (Aneel) são outras matérias que merecem destaque.

Em 1998, mesmo sendo um ano eleitoral, o Plenário realizou 168 sessões e examinou 431 matérias. Entre elas, foi votada a emenda constitucional da reforma administrativa, que alterou as normas que regem o serviço público e seus servidores. Os senadores também aprovaram o projeto que regula-



mentou os planos de saúde e a emenda constitucional que restringiu a imunidade parlamentar.

Em 1999, os senadores participaram de 182 sessões, quando apreciaram 619 matérias, 500 das quais foram aprovadas e 119 arquivadas. Foram aprovadas dez propostas de emenda constitucional, inclusive a que extinguiu a figura do juiz classista e a que renovou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Entre as matérias, estavam ainda projetos obrigando o ensino do Espanhol no nível médio e exigindo a colocação do nome genérico da substância no rótulo dos medicamentos.

Em 2000, realizou-se o processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF), primeiro na his-

tória do Senado a perder o mandato por ferir o decoro parlamentar. Foram também aprovadas matérias de cunho social, como a emenda constitucional que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sugerida inicialmente pelo próprio presidente da Casa. O fundo proporcionará ao governo arrecadar este ano cerca de R\$ 4 bilhões para programas destinados à população de baixa renda.

Entre as 567 matérias apreciadas em 2000, o Senado aprovou projeto que permite a estados, municípios e ao Distrito Federal instituir salários mínimos maiores que o federal. O Plenário referendou ainda a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Tuma saúda aniversário de São Paulo

Os 447 anos de fundação da cidade de São Paulo, comemorados no dia 25 de janeiro, foram saudados pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele observou que a maior cidade brasileira entra no terceiro milênio com números e problemas à altura de suas dimensões, a começar pela falta de segurança, trânsito caótico e aumento da migração.

Apesar de todos os problemas, Tuma disse que a população tomou parte ativamente dos 380 eventos festivos realizados com a participação do poder público. Para o parlamentar, os paulistanos demonstram, com isso, que têm amor e orgulho por sua cidade. Ele contou que a população do bairro do Bexiga consumiu um bolo medindo 222 metros de comprimento, e no bairro Bela Vista o Movimento *Upa* realizou uma vigília pela paz, com festival folclórico, gincanas e atividades artísticas.

Pauta do Senado na convocação extraordinária – Período: 29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001

Projeto	Assunto	Autor	Relator	Parecer	Tramitação
PLC 10, de 1996	Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Código Penal	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela inconstitucionalidade do PLC 10/96 e pelo desapensamento do PLS 104, de 1995	O Plenário aprovou mensagem presidencial, acatando o pedido de retirada de tramitação do PLC 10/96. O PLS 104/95 continua tramitando normalmente
PLS 104, de 1995	Altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade	Romeu Tuma (PFL-SP)	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela aprovação, na forma do substitutivo	O substitutivo foi aprovado em plenário. A matéria volta à Câmara
PLC 45, de 1998	Altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela aprovação, na forma do substitutivo	O substitutivo foi aprovado em plenário. A matéria volta à Câmara
PLS 292, de 1999	Dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo	Gerson Camata (PMDB-ES)	Renan Calheiros (PMDB-AL), na CCJ, e	Na CCJ, foi aprovado parecer de Calheiros, favorável ao PLS 614/99, na forma de substitutivo, que proíbe, com exceções, a venda de armas.	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão na CRE
PLS 386, de 1999	Estabelece critérios para o porte de armas de fogo	Djalma Falcão (ex-senador)	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE	Na CRE, Piva apresentou relatório favorável ao PLS 292/99, na forma de substitutivo, que proíbe o porte, mas não restringe a venda de armas	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão na CRE
PLS 614, de 1999	Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional	José Roberto Arruda (PSDB-DF)	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE	Na CRE, Piva apresentou relatório favorável ao PLS 292/99, na forma de substitutivo, que proíbe o porte, mas não restringe a venda de armas	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão na CRE
PLC 103, de 2000	Altera a redação da Lei Orgânica da Seguridade Social (altera a aplicação de multa a administradores públicos que atrasarem o recolhimento de contribuições ao INSS)	Executivo	José Fogaça (PMDB-RS)	Pela aprovação, sem alterações ao projeto original	O Plenário aprovou o projeto original na sessão de ontem (dia 13/2). A matéria volta à Câmara dos Deputados
PLC 44, de 2000	Acrescenta dispositivos à lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência (institui regras para facilitar a sua entrada no mercado de trabalho)	Executivo	Iris Rezende (PMDB-GO)	—	Na reunião do dia 7/02, a CCJ decidiu adiar a apreciação do projeto
PLS 276, de 2000 (Complementar)	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal para uniformizar os mandatos de dirigentes do Poder Judiciário com o ano fiscal	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Ramez Tebet (PMDB-MS)	—	Na reunião do dia 7/02, a CCJ decidiu adiar a apreciação do projeto



Três candidatos disputam hoje Presidência do Senado

Jader Barbalho, Jefferson Péres e Arlindo Porto concorrem ao cargo. Senadores também escolherão os demais membros da Mesa Diretora

Os senadores se reúnem às 15h de hoje no plenário para eleger o presidente do Senado para o biênio 2001/2002. Até a tarde de ontem, estavam confirmadas as candidaturas de Jader Barbalho (PMDB-PA), Jefferson Péres (PDT-AM) e Arlindo Porto (PTB-MG). Será uma das eleições mais disputadas da história do Senado, que, na maioria das vezes anteriores, teve apenas um candidato, indicado pelo partido majoritário, para a Presidência.

A sessão, chamada pelo Regimento Interno de reunião preparatória, será dirigida pelo senador Antonio Carlos Magalhães e demais membros da atual Mesa Diretora. A votação é secreta, em cédula em que figuram os nomes dos candidatos. Todos os senadores, inclusive o presidente, estão aptos a votar. O terceiro e quarto-secretários, Nabor Júnior (PMDB-AC) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), contarão os votos.

Depois de eleito o presidente, Antonio Carlos fará um discurso de despedida do cargo, que ocupou por quatro anos consecutivos. Em seguida, é dada posse ao novo presidente, que encerra a reunião, convocando nova reunião preparatória para eleger os outros seis membros da Mesa — dois vice-presidentes e quatro secretários (e quatro suplentes) —, que, como o presidente, terão dois anos de mandato. Entre as



Os integrantes da Mesa, a serem eleitos pelo Plenário, também participam da Comissão Diretora, responsável pela administração do Senado e processo legislativo

duas reuniões, os senadores devem buscar entendimentos para compor a Mesa de acordo com o princípio da proporcionalidade.

Segundo o Regimento, a composição da Mesa deve, tanto quanto possível, assegurar representação proporcional às bancadas dos partidos e blocos parlamentares. Assim, o PMDB, que tem 26 senadores, o PFL, 21, o PSDB, 14, e o Bloco Oposição (PT, PDT e PPS), 13, devem ter cargos garantidos na Comissão Diretora.

Os titulares da Mesa compõem a Comissão Diretora, responsável pela administração da Casa e por todo o processo legislativo, e não podem integrar outras comissões permanentes, como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ou a Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE). A indicação de senadores para as comissões e a eleição dos respectivos presidentes para mandatos de dois anos devem acontecer nas primeiras semanas da nova sessão legislativa (período de trabalhos legislativos). Também cabe aí o princípio da proporcionalidade. O maior partido (PMDB) tem o privilégio de escolher a comissão que deseja presidir, seguido pela segunda maior bancada e assim sucessivamente.

Por fim, nos primeiros dias de trabalho da nova Mesa, devem ser indicados os novos líderes dos partidos. O Bloco Oposição, cuja liderança cabe ao PT, troca de líder a cada ano, enquanto os demais partidos geralmente têm líderes diferentes a cada biênio.

acusou Jader de ter indicado diretores para o órgão que teriam se envolvido em desvios de recursos.

— Não há nada contra o senador Jader Barbalho. As investigações continuam e a sociedade terá acesso a tudo o que for apurado. Os empresários que desviaram recursos e os funcionários que foram coniventes serão punidos, porque lugar de ladrão é na cadeia — disse.



Bezerra: ato de "solidariedade partidária"

Fernando Bezerra reassume mandato para votar em Jader

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, licenciou-se ontem do cargo e reassumiu o mandato no Senado para votar no candidato de seu partido à Presidência da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA). Ele negou que a licença concedida pelo presidente Fernando Henrique represente uma interferência do Planalto ou seja um gesto de boa-vontade para com a candidatura peemedebista.

— Como sou o único senador do PMDB no Executivo, meu voto em

Jader será uma demonstração de solidariedade partidária — afirmou Bezerra, ressaltando o caráter pessoal da decisão.

Fernando Bezerra disse considerar a eleição praticamente definida a favor de Jader. E afirmou que uma eventual vitória de Jader Barbalho não prejudicará o andamento das investigações de irregularidades na liberação de recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)

Arlindo Porto conta com apoio do PFL e do PPB

Pouco menos de 24 horas antes da eleição, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) anunciou ontem que disputará a Presidência do Senado com o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), e o candidato do Bloco Oposição, Jefferson Péres (PDT-AM). Arlindo Porto tem o apoio do PFL e do PPB, e disse contar inicialmente com 25 votos.

O lançamento de Arlindo Porto foi decidido ontem, depois de uma longa negociação entre senadores do PFL, do PPB e do próprio PTB em torno da apresentação de uma candidatura que se situasse como alternativa às de Jader e Jefferson — a chamada terceira via. Pela manhã, José Fogaça (PMDB-RS) chegou a ser mais uma vez sondado por parlamentares do PFL sobre a possibilidade de disputar o cargo, mas recusou o convite, com o argumento de que seu partido já tinha candidato.

No começo da tarde, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), reuniu-se com vários parlamentares do partido no gabinete de Arlindo Porto, para oficializar o apoio ao senador do PTB. Em entrevista concedida na Biblioteca do Senado, logo em se-

guida, Bornhausen disse que o novo candidato tem chances reais de vitória, apesar do pouco tempo disponível para buscar votos. "Ninguém acreditava na terceira via e ela está aí", afirmou.

Logo após o lançamento de seu nome, Arlindo Porto anunciou que buscará o apoio de senadores de todos os partidos até o momento da eleição, marcada para as 15h de hoje. "Assumo a candidatura na perspectiva de que tenho chance de ganhar", disse Arlindo. "Participei de todos os entendimentos sobre o lançamento de uma candidatura da terceira via e estivemos sempre em sintonia sobre a necessidade de buscar o melhor nome e o nome que aceitasse disputar o cargo", relatou.

Segundo Arlindo Porto, o PFL, o PPB e o PTB calculam ser necessários pelo menos 33 votos — dos 81 possíveis em plenário — para assegurar a vitória. Mesmo sem contar com todos esses votos no lançamento da candidatura, o senador disse estar confiante. "Hoje, nenhum candidato tem a vitória consolidada", observou. "A oposição também não tem a quantidade necessária de votos", acrescentou.

Agripino diz que não concorre para não prejudicar Inocêncio

O senador José Agripino (PFL-RN) descartou a possibilidade de ser o candidato de seu partido à Presidência do Senado. Após reunir-se com o líder do PFL na Casa, Hugo Napoleão (PI), Agripino disse que até poderia ganhar, mas sua candidatura acabaria com as chances de o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) eleger-se presidente da Câmara. Segundo o senador pefelista, a implosão da candidatura de Inocêncio atingiria o partido. Por isso, ele não iria assumir essa responsabilidade.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou os senadores a buscar um candidato de consenso para a Presidência do Senado, "que possa satisfazer a todos os partidos, sem significar derrota de nenhum". Ele se disse empenhado na procura dessa solução, alertando para o fato de a opinião pública estar acompanhando, com atenção, os desdobramentos da disputa. E fez um apelo ao PMDB e ao seu candidato, Jader

Barbalho (PMDB-PA), no sentido de buscar uma solução de consenso, afirmando que, no caso de o PMDB apresentar um nome consensual, o candidato das oposições, senador Jefferson Péres (PDT-AM) poderia abrir mão da disputa em favor de uma candidatura única.

Ele ressaltou que o nome de Jader não logrou unificar todos os senadores. "Cabe prioritariamente ao PMDB, como maior partido da Casa, indicar um nome de consenso", argumentou.

Em aparte, Moreira Mendes (PFL-RO) anunciou que o PFL decidiu apoiar o nome de Arlindo Porto (PTB-MG). Suplicy disse que, apesar das qualidades de Arlindo Porto, "o nome de consenso precisa sair de dentro do PMDB".



José Agripino disse que temia implosão do PFL



Eleição da Mesa

Sempre no PMDB, Jader foi governador, deputado e ministro

Candidato pelo PMDB à Presidência do Senado, Jader Barbalho (PA) foi eleito para exercer o mandato de senador – no período de fevereiro de 1995 a fevereiro de 2003 – com 586.008 votos, correspondentes a 31,38% dos votos válidos em seu estado. Antes de chegar ao Senado, exerceu cinco outros cargos eletivos e assumiu duas pastas ministeriais, sempre atuando na legenda peemedebista.

Jader iniciou sua vida pública em 1967, como vereador do então MDB em Belém. Deputado estadual a partir de 1971 e deputado federal de 1975 a 1983, foi eleito governador do Pará para o período de 1983 a 1987.

A partir de setembro de 1987, integrou o governo José Sarney como ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, até julho de 1988, quando assumiu o Ministério da Previdência e Assistência Social, cargo em que permaneceu até março de 1990. Voltou a governar o estado do Pará entre 1991 e 1994.

Presidente do Diretório Nacional do PMDB desde 1998 e líder do partido no Senado desde 1995, Jader Barbalho foi autor do requerimento que resultou, em 1999, na instalação da CPI do Sistema Financeiro.



Jader Barbalho iniciou sua vida pública em 1967, como vereador em Belém

Jefferson Péres é reconhecido por seus conhecimentos jurídicos

Senador desde 1995, portanto em seu primeiro mandato, Jefferson Péres (PDT-AM) é o candidato do Bloco Oposição à Presidência do Senado. O bloco é composto por três partidos (PT, PDT e PPS) e, com 13 senadores, tem a quarta maior bancada da Casa.

Advogado, Jefferson iniciou sua carreira política como vereador da Câmara Municipal de Manaus, em 1988, tendo sido reeleito em 1992. Elegeram-se senador em 1994 com 22,35% dos votos de seu estado. Desde então, tem atuado como titular das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle.

Reconhecido como jurista e constitucionalista, participou da CPI do Judiciário e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, onde se destacou na elaboração do relatório que recomendou a cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Jefferson é autor de diversas proposições, entre elas a que revoga a chamada “Lei de Imprensa”. Também relatou o projeto que proíbe a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas. A valorização do Conselho de Ética e a gestão democrática da Casa são suas principais promessas se assumir a Presidência do Senado.



Jefferson Péres foi o relator do processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão

Apoio aos produtores rurais marca atuação de Arlindo Porto

Eleito em 1994 com 1,4 milhão de votos, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) é candidato com o apoio do PFL e do PPB. Ele já exerceu os cargos de ministro da Agricultura, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e de vice-governador de Minas Gerais, de 1991 a 1994. Em 1982, foi eleito prefeito de sua cidade natal, Patos de Minas.

Entre os projetos de sua autoria apresentados no Senado estão o de correção dos valores dedutíveis do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF), que aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e o que altera as normas do trabalho rural, em tramitação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Foi vice-presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

No Ministério da Agricultura, teve como prioridade o apoio aos pequenos e médios produtores, por meio da democratização do crédito e de serviços de apoio à agricultura. Trabalhou, junto à Frente Parlamentar da Agricultura, pela rápida aprovação da Lei de Proteção de Cultivares e implantou o Fórum Nacional da Agricultura, com representação majoritária da sociedade civil, para estabelecer um canal de comunicação com os produtores rurais.



Arlindo Porto se elegeu senador em Minas com 1,4 milhão de votos

Articulação do PFL pode facilitar vitória do PMDB, prevê senador

O lançamento da candidatura de Arlindo Porto (PTB-MG) à Presidência do Senado, com o apoio do PFL, praticamente garante a vitória de Jader Barbalho (PMDB-PA), avaliou o candidato do Bloco Oposição, Jefferson Péres (PDT-AM). “Somente um milagre alteraria a tendência de vitória de Jader, e esse milagre seria uma crise de consciência entre os senadores do PFL”, disse Jefferson.

Outra consequência da decisão do PFL será, para ele, “a morte da candidatura de Inocêncio Oliveira” à Presidência da Câmara. “Isso deruba o mito de que o PFL é um partido unido”, comentou.

Jefferson também comentou a afirmação do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), para quem o fato de a candidatura oposicionista ter apenas 16 votos significa que estaria servindo de sublegenda para o PMDB. “Muito me agrada que o senador Bornhausen não

apóie a nossa candidatura. O PFL sempre foi sublegenda de todos os governantes.”

A líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), disse que uma eventual vitória de Jader deve ser debitada ao PFL, em virtude da decisão do partido de não apoiar Jefferson. “O PFL tinha condições de alterar o quadro apoiando a candidatura da oposição.”

No PSDB, o sentimento é de que a situação está definida. O líder do partido, Sérgio Machado (CE), garantiu que os 14 senadores tucanos votarão em Jader. Ele recordou que todos os parlamentares da bancada assinaram um documento favorável ao candidato do PMDB.

Um dos nomes cogitados pelos pefelistas como alternativa à candidatura de Jader, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) admitiu ter sido sondado, mas garantiu que o PSDB cumprirá o acordo feito com o PMDB.

Nabor Júnior e Casildo Maldaner defendem descentralização dos trabalhos da Mesa

Os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendem a descentralização dos trabalhos da Mesa do Senado. Os parlamentares, que ocuparam respectivamente a 3ª e 4ª-Secretarias nos últimos dois anos, consideram que, atualmente, as funções da Mesa são divididas apenas entre a Presidência e a 1ª-Secretaria.

Para Nabor, “o sistema está equivocado, uma vez que a centralização de poderes não é compatível com uma administração moderna”. Já Maldaner anuncia que vai propor a alteração do Regimento Interno, de modo a definir as atribuições das quatro secretarias da Mesa. Como parte de sua proposta, Casildo afirmou que vai propor que a Subsecretaria de



Nabor Júnior lembra prática adotada pelo ex-senador Passarinho



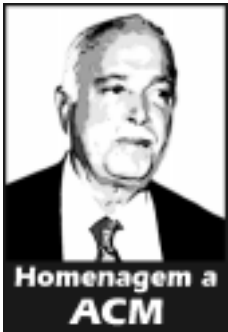
Maldaner propõe que a 4ª-Secretaria administre o serviço médico

e impedimentos. Pelo Regimento Interno, os 3º e 4º-secretários são responsáveis apenas por auxiliar o presidente na apuração das eleições. Ele entende que, a exemplo do que ocorreu durante a presidência de Jarbas Passarinho, todos os secretários deveriam ter atribuições próprias.

– Cada secretário tinha as suas funções. Um administrava a gráfica. Os outros, o Prodasen, o serviço médico e até os imóveis funcionais da Casa. Mas, de repente, acabaram com a divisão das funções, centralizando todos os poderes na 1ª-Secretaria – afirmou Nabor, acrescentando que ter presidido em algumas ocasiões os trabalhos do Senado nos últimos dois anos foi “uma experiência gratificante”.

Assistência Médica e Social – o serviço médico – seja administrada pela 4ª-Secretaria.

Nabor chama o 1º-secretário de “uma espécie de prefeito”, que administra toda a Casa. Os 2º, 3º e 4º-secretários, na sua visão, não têm atribuições específicas, e são apenas substitutos eventuais do 1º-secretário nas suas ausências



Emocionado, o senador Antonio Carlos Magalhães ouviu por mais de duas horas 17 senadores elogiarem sua atuação como presidente do Senado, posição ocupada por ele nos últimos quatro anos. Membros do PT, PSDB, PFL, PTB e PMDB teceram os mais diversos elogios e expressaram sua admiração pela administração do senador baiano. Antonio Carlos Magalhães foi chamado de "psicodélico" por Roberto Requião, comparado por Lauro Campos a um treinador que quer ver o time acertar, e teve sua capacidade política reconhecida pelo senador José Fogaça. O senador Francelino Pereira comparou-o a um índio corajoso. Antonio Carlos agradeceu cada pronunciamento individualmente. "Se puder ser querido, é melhor. Mas se isso não for possível, quero ser respeitado", disse.

ACM agradece e afirma que senadores podem enfrentar eleitores de cabeça erguida

Ao agradecer as homenagens que recebeu ontem em plenário, um dia antes da escolha de seu sucessor, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que viveu "momentos de muita alegria" no comando da Casa e que ele e todos os senadores poderão enfrentar os eleitores de cabeça erguida nas próximas eleições, como resultado do dever cumprido.

– Vou descer os degraus que

trazem a esta mesa convencido de que não desonrei o mandato do povo baiano e a confiança dos meus colegas – afirmou Antonio Carlos ao final da sessão.

Ele registrou sua satisfação com o apoio que recebeu de mais de 100 prefeitos da Bahia, que estiveram em seu gabinete. "Os prefeitos vieram a Brasília para me confortar na hora em que deixo a Presidência", relatou.



Antonio Carlos diz que sairá da Presidência convencido de que não desonrou mandato do povo baiano, nem a confiança dos demais senadores



SUPLICY

Tenacidade na defesa da Casa é destacada

Ao finalizar seu pronunciamento na sessão de ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez questão de elogiar a gestão do senador Antonio Carlos Magalhães na Presidência do Senado, por quatro anos, por sua tenacidade na defesa das prerrogativas da Casa

e ação decisiva na criação do Fundo de Combate à Pobreza e na viabilização da CPI do Judiciário, "que tantos bons resultados apresentou ao país", disse.

Suplicy agradeceu a maneira correta com que Antonio Carlos sempre dialogou com os senadores de oposição, não fazendo distinção entre partidos governistas e opositores. O senador pelo PT enfatizou, ainda, o bom relacionamento que teve com o presidente nas reuniões da Mesa, que integra como suplente.

Antonio Carlos agradeceu as palavras de Suplicy, afirmando que sempre procurou tratar, igualmente, todos os senadores, independentemente do partido a que pertencessem.

– Quero elogiar, neste momento, traços marcantes de seu comportamento: sua persistência na defesa de suas convicções e sua boa educação no diálogo com todos nós – disse Antonio Carlos.



LAURO CAMPOS

"Treinador que deseja ver time acertar"

O senador Lauro Campos (PT-DF) ressaltou a conduta do senador Antonio Carlos Magalhães no exercício da Presidência do Senado e disse que, embora estejam em campos ideológicos contrários, desenvolveu um grande respeito pelo presidente.

– É preciso fazer justiça: Antonio Carlos Magalhães tem agido mais ou menos como o treinador de um time. Ele quer ver o time acertar, quer ver o time melhorar – comparou.

Lauro Campos citou ações que classificou como exageros de Antonio Carlos, observando que foram "exageros de quem quer salvar, exorcizar e evitar a catástrofe".

O senador Tião Viana (PT-AC) lembrou que, ao chegar ao Senado, na primeira reunião da bancada para decidir como o partido deveria posicionar-se na eleição para a Presidência, colocou-se contra Antonio Carlos. "Seria uma injustiça não reconhecer que o exercício da Presidência do Senado pelo senador Antonio Carlos Magalhães foi do mais alto respeito. Outro senador dificilmente teria a coragem de enfrentar o Judiciário e de fortalecer a autoridade do Congresso Nacional", afirmou.

Antonio Carlos Magalhães agradeceu os elogios dos dois senadores e disse ser comovido ouvi-los.

– O senador Lauro Campos, homem experiente e com tradição notável, senador que se des-

tacou pela coerência ideológica, é um exemplo para todos nós. Se já havia ganhado o meu respeito, ganhou agora também o meu coração – disse.



FOGAÇA

Opositores e governistas foram respeitados

O senador José Fogaça (PMDB-RS) elogiou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por, durante seu mandato, ter garantido à oposição o direito pleno de exercer o seu papel e ao mesmo tempo possibilitado ao governo viabilizar os seus projetos. "Quem é oposição sentiu-se em pleno direito de exercer essa condição e quem é governo também não pode dizer que foi obstruído, dificultado ou inviabilizado", afirmou.

A aprovação pelo Senado da emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias foi outra conquista atribuída por Fogaça a Antonio Carlos. O senador pelo Rio Grande do Sul registrou que o presidente da Casa superou dificuldades e enfrentou problemas para modificar o regime das MPs. "Se as medidas provisórias forem limitadas no Brasil, esse mérito é seu", disse.

A tentativa de alterar a imunidade parlamentar, lembrou Fogaça, foi outra importante iniciativa de Antonio Carlos. O Código Civil atualmente em vigor também foi lembrado pelo senador. "Sem a sua vontade política fervorosa e determinada, não teríamos chegado a uma conclusão", acrescentou.

Fogaça disse que talvez Antonio Carlos não deixe nenhuma grande obra material ao cumprir

seu mandato como presidente do Senado, mas, observou, "deixa um salário mínimo em um patamar muito mais elevado e um programa de combate e erradicação da pobreza que até então nunca tinha acontecido".

Antonio Carlos agradeceu ao senador pelo Rio Grande do Sul pelos seus comentários e destacou que muitos dos méritos de sua gestão foram conseguidos graças ao apoio do próprio Fogaça.



REQUIÃO

"Administração transparente, emotiva e aberta"

Ontem, durante a última sessão de trabalho do Senado que teve Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) como presidente, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que poucos deixaram a Mesa com uma aprovação tão unânime dos pares. Requião lembrou que a palavra "psicodélico" significa aquele que revela a sua alma e, levando-se isso em conta, Antonio Carlos poderia ser descrito como "o presidente mais psicodélico do Senado". O senador peemedebista disse ainda que Antonio Carlos fez uma administração transparente, emotiva e aberta, qualidades que muitas vezes faltam aos homens públicos.

Em resposta, o senador Antonio Carlos Magalhães agradeceu as palavras do senador paranaense e disse sempre ter admirado o comportamento e a inteligência de Requião, "que se destaca no Senado por sua franqueza. Por isso suas palavras têm grande valor", afirmou, expressando o desejo de sempre poder trabalhar em companhia de Requião.



CABRAL

Carta da OAB é a principal homenagem

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que a maior homenagem que Antonio Carlos Magalhães recebeu em seus últimos dias como presidente do Senado passou praticamente despercebida. Foi a carta do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, em nome da entidade, elogiando sua atuação à frente do Congresso Nacional.

— Não me lembro de ninguém que tenha recebido da OAB homenagem como essa. Vossa Excelência deixa a Presidência desta Casa como uma unanimidade, um homem que não comete o pecado do contorcionismo político — afirmou.

Cabral salientou que Antonio Carlos tem a ousadia própria de quem cultiva amizades e que deixa “impressões digitais indelévels” de sua passagem pela Presidência do Senado. E acrescentou: “Ainda bem que não fiz parte da Mesa com Vossa Excelência, porque, quando se chega muito perto, não se tem noção do tamanho da montanha”. Antonio Carlos agradeceu e disse que Cabral deixou uma marca também indelével como presidente da OAB.



ARRUDA

Grandeza do Legislativo é o maior legado

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), destacou que Antonio Carlos Magalhães soube compreender, como poucos, o papel do Congresso. Na linha de

defesa do Parlamento, afirmou, Antonio Carlos é caracterizado por bater de frente, de forma transparente, e por preservar o direito das minorias.

Para o senador, a grandeza do Legislativo é o maior legado deixado por Antonio Carlos, com momentos em que o Senado foi o pólo de atração na política nacional. Sob sua presidência, disse Arruda, a “democracia cresceu”.

Em resposta, Antonio Carlos disse que a saída de Arruda da liderança do governo, em 1999, foi boa para que o governo visse, mais tarde, que precisava dele. “Sua recondução é fruto do seu trabalho.” Acrescentou que as palavras de Arruda o comoveram, especialmente quando mencionou seu filho, o deputado Luís Eduardo Magalhães. Destacou, ainda, que a única exigência que se deve fazer para a convivência de todos na Casa é a moralidade.

— O Senado tem que dar um exemplo ao Brasil de que a moralidade é a linha de condução do seu destino. A ética e a moralidade levam o indivíduo às alturas. Os que não são éticos descem a cada dia e se aprofundam na lama da corrupção. Os que colaboram para isso também vão ficar marcados. Não por nós, mas na sua consciência.

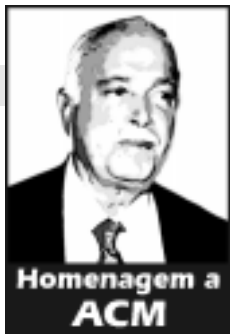


GERALDO MELO

“O Congresso Nacional jamais será o mesmo”

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), primeiro-vice-presidente do Senado, afirmou que após a passagem de Antonio Carlos Magalhães pela Presidência o Congresso Nacional “jamais será o mesmo”. Ao homenagear o senador baiano, Melo afirmou que Antonio Carlos, ao longo dos quatro anos à frente do Senado, mostrou que tem “a completa consciência do papel do Congresso na construção da democracia e liberdade no Brasil”.

Melo disse que, mesmo pertencendo a um partido diferente, no tempo em que conviveu com Antonio Carlos teve um aprendizado “maior do que esperava”, fruto de um relacionamento com “uma das figuras mais



Homenagem a ACM

eminentes da política”.

Ele lembrou dos momentos de “extrema emoção” vividos quando faleceu o filho de Antonio Carlos, Luís Eduardo Magalhães. No enterro, registrou, Antonio Carlos sintetizou com palavras de rara felicidade o que sentia: “Sou um homem feliz dentro do meu sofrimento”.

— Nunca vi alguém conseguir transformar o sentimento que tanto o abatia num troféu; era como se o país inteiro lhe dissesse que, por curta que fosse a vida de Luís Eduardo, tinha representado tanto que a nação desejava lhe agradecer por ter oferecido ao país a figura, o trabalho e a contribuição do filho — salientou.

Em agradecimento, Antonio Carlos destacou “a lealdade, a colaboração decisiva, a inteligência e a maneira discreta de proceder” de Geraldo Melo. Ele afirmou que, juntamente com os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário, e Carlos Patrocínio (PFL-TO), segundo-secretário, compuseram uma Mesa que “só fez coisas certas e dignas no Senado”.



FRANCELINO

Diferença de estilos não impede amizade

A diferença de estilos, o mineiro e o baiano, não impediu a consolidação de uma amizade eterna, disse ontem o senador Francelino Pereira (PFL-MG), ao manifestar sua admiração pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Destacando a honrabilidade de Antonio Carlos, Francelino afirmou que é desprovido de coragem aquele que não tem honrabilidade.

— Índio é assim — índio da Bahia, índio de Minas — gosta de viver perigosamente, e Vossa Excelência vai viver muito mais perigosamente no plenário do que na Mesa — comparou.

Francelino lembrou momentos da vida de Antonio Carlos, como o dia da morte do deputado Luís Eduardo Magalhães, quando o encontrou no hospital, sentado, com um lenço nas mãos, perguntando “por que não eu?”. O senador lem-

brou ainda do trabalho desenvolvido a pedido do então presidente Ernesto Geisel, para reintroduzir a democracia no Brasil.

— Em nome de 18 milhões de mineiros, quero dizer do amor, da paixão e da admiração pela sua trajetória de vida — concluiu.

Antonio Carlos assinalou a admiração de longa data que tem por Francelino e a alegria que sentiu, em 15 de abril de 1975, quando ele foi escolhido para ser o presidente da Arena. “Fiquei feliz,

EDISON LOBÃO

Liderança política de ACM vai continuar

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães é o símbolo da grandeza do Poder Legislativo brasileiro. Ele acrescentou que, mesmo deixando a Presidência da Casa, o senador baiano continuará por muito tempo exercendo sua liderança na política. “Aquele líder que sabe ser afável, solidário, paciente, sabe ouvir, mas que é firme quando precisa ser”, afirmou.

Na avaliação de Lobão, Antonio Carlos cumpriu a meta que o levou a disputar a Presidência do Senado há quatro anos: “Engrandecer as instituições e o Brasil inteiro e lutar pelo povo e pelo bem público”. O senador pelo Maranhão registrou que gostaria de ter prestado sua homenagem na última sessão do Congresso, mas não o fez porque “foram tantos os oradores, sobretudo os da oposição,

PEDRO PIVA

Antonio Carlos deu exemplo de como dirigir o Congresso

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) destacou ser amigo do presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, há 30 anos, período sempre marcado por uma empatia recíproca. “Estivemos sempre próximos. Mesmo quando nos batemos em trincheiras diferentes, nossa amizade nunca arrefeceu”, disse. Na opinião de Piva, Antonio Carlos está colhendo frutos da capacidade e inteligência demonstradas à frente da Presidência da Casa, “os mesmos frutos colhidos semana passada, quando deputados e senadores companheiros ou adversários pres-

porque sabia que teríamos um bom timoneiro”, afirmou. Ele também lembrou do ex-presidente Ernesto Geisel, “que sempre foi amigo e merece respeito”, e do trabalho desenvolvido, juntamente com Francelino, à frente dos governos da Bahia e de Minas Gerais. Destacou ainda o “trabalho intenso” de Francelino nas comissões de que participou e a similaridade do amor que sente pela Bahia com o amor que Francelino sente por Minas.



que nós, seus amigos mais chegados, preferimos não falar naquela ocasião para que outros pudessem fazê-lo”, afirmou.

Edison Lobão informou ainda que o senador José Sarney (PMDB-AP) lamentou não ter participado da sessão de homenagens. Com problemas de saúde, o ex-presidente telefonou para Lobão e pediu que ele transmitisse sua opinião de que considerava vitoriosa a administração de Antonio Carlos.

O presidente do Senado classificou Sarney como um estadista e disse que com ele aprendeu a presidir o Senado. Referindo-se a Edison Lobão, Antonio Carlos disse que é um homem inteligente, culto e preparado. “Sua palavra tem muito valor; tenho certeza do quanto vai fazer ainda na vida pública pelo Maranhão e pelo Brasil.”



taram-lhe homenagens”.

— Sua gestão foi um exemplo de como dirigir o Congresso Nacional sempre pensando no bem maior do país — disse. Piva contou ter aprendido com Antonio Carlos como defender o seu estado “como um leão”, e acrescentou: “Tenho orgulho de ser seu amigo”.

Antonio Carlos Magalhães disse que Pedro Piva é uma unanimidade na Casa pela maneira elegante com que trata os colegas. “Cada dia nossa amizade se consolida”, disse, agradecendo as palavras afetuosas do senador paulista.



VALMIR AMARAL

“Exemplo da coragem de que o Brasil precisa”

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) elogiou os quatro anos de gestão de Antonio Carlos Magalhães à frente do Senado e do Congresso Nacional. Suplente do senador cassado Luiz Estevão, Amaral disse que o parlamentar baiano ainda tem muitas contribuições a dar à causa da democracia no Brasil. “O senhor é um exemplo da coragem de que o Brasil precisa”, afirmou.

Valmir Amaral disse que, para cumprir o restante de seu mandato, seguirá as lições deixadas por Antonio Carlos em sua atuação parlamentar. Antonio Carlos agradeceu as palavras elogiosas, prevendo que Amaral “galgará cargos altos na vida pública”.



MAURO MIRANDA

“Um líder de posições firmes e decididas”

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao homenagear Antonio Carlos Magalhães, lembrou que seu partido estava, no momento, “em litúgio” com o PFL, em torno da disputa pela Presidência do Senado, observando, no entanto, que isso significava “muito pouco na história brilhante de um grande líder de posição firme e decidida na construção da democracia brasileira”.

Mauro Miranda lembrou que, no primeiro discurso proferido da tribuna do Senado, logo após ter tomado posse, citou o senador pela Bahia. Ele mencionou a presença

de Antonio Carlos no enterro do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o único entre os políticos ligados ao regime da época que teve coragem de ir ao funeral. “Isso me marcou muito, num tempo em que ainda nem era político”, frisou.

O senador por Goiás registrou a atuação decisiva de Antonio Carlos na luta pelas eleições diretas à Presidência da República, como um dos destaques da Frente Liberal. “O país também não esquece isso”, acentuou.

Antonio Carlos Magalhães, ao agradecer a homenagem, disse ter amizade e afeto por Mauro Miranda, sobretudo pelos traços em comum de respeito e admiração por Juscelino Kubitschek.



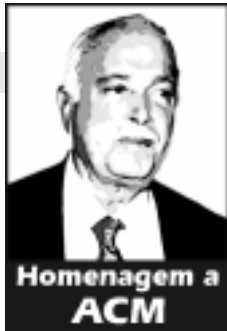
MAGUITO VILELA

ACM soube interpretar o que o povo quer

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) destacou no presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, características como coragem, talento, liderança, ousadia e sabedoria. Segundo Maguito, Antonio Carlos soube interpretar o sentimento do povo brasileiro ao apoiar a CPI do Judiciário e teve a coragem necessária para propor a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Maguito também lembrou a interferência decisiva de Antonio Carlos na alteração da medida provisória que tratava da legislação desportiva e permitia que multinacionais estrangeiras comprassem clubes de futebol brasileiros.

— Vossa Excelência foi um presidente extremamente democrático, permitindo a independência dos partidos. Todo parlamento precisa de homens determinados, e Vossa Excelência fez um trabalho magistral no Congresso Nacional — afirmou Maguito.

Antonio Carlos registrou que acompanha a vida de Maguito há muito tempo, principalmente o



Homenagem a ACM

período em que Tasso Jereissati, Paulo Souto e Maguito disputavam o título de melhor governador do Brasil. “É claro que eu torcia pelo Paulo Souto”, esclareceu. Ele ainda

destacou a independência como principal característica do senador Maguito Vilela. “De vez em quando, até pedia uma certa calma a Vossa Excelência por causa do espírito com que defendia Goiás”, lembrou.



JOSÉ ALENCAR

Admiração e respeito de todo o Brasil

O senador José Alencar (PMDB-MG) disse ter sido um privilégio chegar ao Senado sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães. Ele destacou a postura de Antonio Carlos, que, na sua opinião, exerce a vida pública com amor e paixão, além de dedicação e probidade, “características inerentes de sua personalidade”.

— Todos os estados gostariam de ter um homem público como Vossa Excelência. Todo o Brasil o admira e o respeita. Merece admiração pela forma com que defende as cores do Brasil e pela sensibilidade social aguda que demonstra em tudo o que faz. No Senado, trouxe uma prova incontestável disso — declarou Alencar.

Na ocasião da morte de Luís Eduardo Magalhães, lembrou Alencar, Antonio Carlos demonstrou a emoção de perder o filho, dando uma prova do seu valor como chefe de família.

— Vossa Excelência é uma figura corajosa da vida pública, mas nos trata com carinho, lhanza, educação e ternura — disse.

Em resposta, Antonio Carlos declarou que a admiração manifestada por Alencar é recíproca. “Todos os seus companheiros o admiram. Vossa Excelência é um homem vitorioso como empresário e dá grandes passos na política, onde também conquista vitórias”, afirmou Antonio Carlos.



MOREIRA MENDES

“Um leão em defesa de seus pontos de vista”

O senador Moreira Mendes (PFL-RO), ao homenagear Antonio Carlos Magalhães, disse que o viu, muitas vezes, “rugindo como um leão na Presidência da Mesa, em defesa dos seus pontos de vista”, mas também o viu chorar como uma criança. “Por isso, Vossa Excelência é uma pessoa diferente, que consegue ser ao mesmo tempo um leão e uma criança”, afirmou Moreira Mendes.

O senador afirmou que tinha um importante comunicado a fazer sobre Rondônia, mas não o faria porque nada seria mais importante do que homenagear Antonio Carlos Magalhães. Moreira Mendes acrescentou que Antonio Carlos foi um dos primeiros senadores a lhe estender a mão e ajudá-lo quando ele chegou ao Senado como suplente de José Bianco, que se elegera governador de Rondônia.



ARLINDO PORTO

“Intransigente busca de uma nação justa”

As manifestações de carinho recebidas pelo senador Antonio Carlos Magalhães na despedida da Presidência do Senado são as respostas dos seus pares em troca do que ele semeou em todos esses anos. Esta é a opinião do senador Arlindo Porto (PTB-MG), para quem Antonio Carlos

sempre agiu de uma maneira correta em defesa da Casa, mesmo quando havia confrontos.

Arlindo Porto afirmou ter certeza de que, deixando a Presidência, Antonio Carlos continuará defendendo os interesses da Bahia e do Brasil e o respeito às instituições, mantendo-se na busca intransigente por uma nação mais justa.

Em resposta, Antonio Carlos disse que o senador Arlindo Porto é um homem querido e tem o respeito de todos. O presidente destacou que Porto foi um excelente ministro da Agricultura, que voltou ao Senado sem mágoa do governo e tendo uma atuação independente, que o credencia entre todos os colegas.



DJALMA BESSA

Casamento com a Bahia é indissolúvel

Falando em nome dos eleitores baianos, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) disse ontem em Plenário que se sentia envaidecido pelos elogios feitos por parlamentares de vários estados à atuação do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, na véspera da eleição da nova Mesa do Senado.

— O relacionamento entre Vossa Excelência e seu eleitorado não é mais eleitoral ou político, mas, sim, um relacionamento afetivo, um caso de amor. O eleitorado o ama e sabe que seu casamento com a Bahia é indissolúvel. Por isso, é compreensível que, como senador pela Bahia, eu me sinta confortável com essas homenagens — afirmou Bessa.

O senador registrou ainda o empenho do presidente da Casa no trabalho de moralização do Poder Judiciário, que resultou na criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). “Vossa Excelência sacudiu o Judiciário e deu a ele uma nova dimensão”, disse Bessa. Ele classificou Antonio Carlos como um inovador que não se omite diante dos problemas nacionais.

Suplicy sugere nova forma de cálculo para Bolsa-Escola

Ele diz que critérios incluídos em projeto de sua autoria, aprovado pelo Senado, terão maior impacto sobre o mercado de trabalho

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem no plenário que marcou reunião com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para discutir a expansão do projeto de renda mínima vinculada à educação, mais conhecido como Bolsa-Escola. Suplicy vai sugerir



Eduardo Suplicy vai discutir o tema com o ministro da Educação

ao ministro que adote a fórmula de cálculo de benefícios constante do projeto aprovado pelo Senado, que aguarda votação na Câmara.

Segundo ele, a fórmula do projeto de sua autoria leva em conta fatores não contemplados pela medida provisória, como o tamanho e renda da família, além de servir de estímulo ao trabalho, garantindo um mínimo de renda às famílias. Pela fórmula do governo, cada criança

matriculada, até o número de três por família, receberá R\$ 15 por mês, chegando ao máximo de R\$ 45.

— Um programa de renda mínima bem formulado terá enorme impacto sobre o mercado de trabalho, como aconteceu nos Estados Unidos — disse.

O senador informou que a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), propôs parceria com os governos federal e estadual para implantar a Bolsa-Escola naquele município. O benefício será concedido às famílias com renda inferior a três salários mínimos e que tenham crianças de até 14 anos. Essas famílias receberão um terço da diferença entre sua renda e R\$ 453.

O programa federal receberá

R\$ 1,7 bilhão em 2001, dez vezes mais que em 2000, e deve atender a 10,7 milhões de alunos. Neste ano, o programa receberá recursos do Fundo de Combate à Pobreza, aprovado pelo Congresso no ano passado.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse considerar “muito pouco” o valor de R\$ 15 por criança oferecido pelo governo federal e colocou-se à disposição de Suplicy para estudar formas de destinar mais recursos ao programa. Para Alberto Silva, não há melhor aplicação para o Fundo de Combate à Pobreza que um programa que vai educar e distribuir renda.

Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou a persistência de Suplicy na defesa do projeto de renda mínima. “Ainda haverá muitas estátuas erigidas em homenagem a Eduardo Suplicy quando descobrirem a importância desse projeto”, previu.

Paulo Hartung apela ao Copom por queda de juros

O líder do PPS no Senado, Paulo Hartung (ES), apelou ao Comitê de Política Monetária (Copom) para que, na reunião a se realizar hoje, decida diminuir os juros básicos da economia, hoje na casa dos 15,25% ao ano, “uma exorbitância para uma economia que re-



Para Paulo Hartung, as taxas atuais são “uma exorbitância”

toma o crescimento, se comparados às taxas praticadas em outros países, mesmo aqueles em desenvolvimento”, afirmou.

Segundo Hartung, o cenário interno é favorável à queda dos juros. A inflação está sob controle, com previsão de cair mais; a arrecadação de tributos bate recordes sucessivos, superando R\$ 176 bilhões no ano passado; e o Brasil está conseguindo cumprir suas metas econômicas, em especial em relação ao superávit primário do Tesouro Nacional, que em 2000 foi de R\$ 31,7 bilhões, equivalentes a 3% do PIB.

Hartung atribuiu à queda de juros durante o primeiro semestre do ano passado o recente crescimento da economia, que repercutiu no aumento da oferta de empregos. “Foi quando a equipe eco-

nômica artificializou uma crise, espalhando que havia a ameaça de aumento da inflação. A medida espalhou o pânico nos mercados e setores produtivos, paralisando a queda de juros”, afirmou.

O senador disse temer que a equipe econômica prepare, agora,

um novo artifício para estancar a queda da taxa de juros, sob o argumento de que a economia caminha para o superaquecimento, havendo ameaça de retomada do processo inflacionário. “Cautela na hora de reduzir a taxa de juros, por medo do crescimento econômico, seria de um ridículo sem precedentes na história do país”, advertiu.

Para Hartung, as condições externas também são boas, não havendo motivos para apreensões. Em sua opinião, está na hora de o Executivo e o Legislativo avançarem em busca do desenvolvimento, dando impulso à reforma tributária para desonerar a produção nacional, votando a nova Lei das Sociedades Anônimas e retirando das gavetas as propostas de regulamentação do sistema financeiro.



Cândido expressou temor com o reaparecimento da dengue

Cândido anuncia reintegração de servidores no Rio de Janeiro

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) comunicou ao Plenário que a 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro reintegrou 5.792 “mata-mosquitos” demitidos pela Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. A Justiça determinou também o pagamento de todos os salários atrasados e demais obrigações canceladas a partir da demissão.

Cândido associou a demissão dos mata-mosquitos ao reaparecimento dos casos de dengue no Rio. Foram 329 casos notificados este ano, sendo dez confirmados, nove de dengue clássica e um de dengue hemorrágica.

E denunciou que a Guarda Municipal do Rio atacou cerca de 30 mata-mosquitos que estavam acampados em frente à Câmara de Vereadores. Cândido disse que ficará atento “porque o governo federal não costuma cumprir decisões judiciais”.

Mozarildo defende projetos de redivisão territorial do país

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu ontem a redivisão territorial dos estados do Pará, do Amazonas e de Mato Grosso, proposta em três projetos de sua autoria que se encontram tramitando no Senado e na Câmara.



Mozarildo: redivisão permitirá eliminar desigualdades regionais

Mozarildo propôs a criação dos estados do Tapajós, no oeste do Pará; do Solimões, no oeste do Amazonas; e do Araguaia, no norte de Mato Grosso.

Mozarildo entende que não é possível eliminar as desigualdades regionais com a atual geografia e diz que o governo deveria seguir o exemplo dos Estados Unidos, que dividiu seu território em cima de uma prancheta, com linhas retas e priorizando a harmonia. “Sem contar o Alasca, os Estados Unidos têm uma área menor que a do Brasil, mas está dividido em 50 estados”, comparou.

Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que o “Brasil das Tordesilhas ainda não foi desco-

berto”. Ele lembrou que a região onde está o estado do Tocantins representava, há 12 anos, 4% da economia de Goiás e hoje corresponde a mais de 30%. Maguito Vilela (PMDB-GO) solidarizou-se com a proposta de Mozarildo e afirmou que a criação do Tocantins “foi excelente” para o estado de Goiás, que apoiou a divisão.

Afirmando que Mozarildo tem sido um “missionário da Amazônia”, Tião Viana (PT-AC) disse que o Brasil tem a dívida de redesenhar a região. Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que esteve em Santarém, onde constatou o apoio da população à criação do estado do Tapajós. Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que as propostas de Mozarildo encontram eco não só nas populações locais, “mas nos próprios destinos do país”. Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que a realização dessa e de outras divisões é só uma questão de tempo.

Roberto Freire condena o uso de escuta telefônica

A Constituição federal só possibilita a escuta telefônica com autorização judicial, lembrou ontem o senador Roberto Freire (PPS-PE), ao comentar a divulgação de fitas gravadas com diálogos de deputados que trocaram o PFL pelo PMDB, com suposta vantagem financeira. O senador leu em plenário trecho de artigo da jornalista Dora Kramer, publicado no *Jornal do Brasil* com o título “Era Assim na Ditadura”, que discorre sobre o assunto, condenando o uso da escuta telefônica.



Roberto Freire: “Amanhã, a vítima seremos todos nós”

No artigo, a jornalista argumenta que, enquanto a sociedade continuar a aceitar a aplicação de métodos ilegais, supondo que estaria agindo em favor da restauração da moralidade, o Brasil permanecerá na condição de “arremedo de democracia”. E observa que, se as gravações ilegais tivessem sido repudiadas desde a primeira vez, como instrumentos do autoritarismo, talvez agora a sociedade não encarasse com naturalidade o fato de,

“em plena casa das leis, agirem todos à margem da lei”.

Em outro trecho do artigo citado por Freire, ela afirma que há algum tempo assiste-se no país ao elogio aos métodos de coleta de informação aplicados pelo regime militar, “que argumentava com a necessidade de lutar contra o inimigo ideológico, como se argumenta hoje pela premência de se dar combate aos corruptos”.

Afirmando que as denúncias contra os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) devem ser apuradas, Freire lembrou que o estado de direito tem mecanismos para a investigação, “basta o Ministério Público abrir inquérito civil”. Ele disse que não cabe a nenhum senador ou ao Congresso averiguar as acusações entre os dois.

— Desrespeitando a lei, não chegaremos a lugar nenhum, porque amanhã a vítima seremos todos nós — afirmou, pedindo a transcrição do artigo nos Anais da Casa.

Comissão só deve ir ao Canadá se o boicote persistir, diz Osmar Dias

Indicado para integrar a missão que debaterá com parlamentares canadenses, senador não vê motivos para manter a viagem se o embargo for suspenso

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse ontem que a comissão parlamentar designada para ir ao Canadá com o objetivo de reverter o boicote à carne bovina brasileira não deve viajar até que a missão técnica canadense anuncie seu parecer sobre o assunto, o que deve acontecer na próxima sexta-feira. Caso os ca-



Osmar afirma que a contaminação do gado brasileiro é impossível

nadenses decidam suspender o embargo, a visita ao Canadá, marcada para o sábado, deve ser cancelada, segundo Osmar.

— Não fará sentido irmos ao Canadá se o bloqueio às nossas exportações terminar — disse o senador.

O governo canadense decidiu impedir a entrada da carne brasileira naquele país, alegando que não tinha informações de que o produto estivesse livre da doença da vaca louca, mas o senador Osmar Dias, que já foi secretário de Agricultura do Paraná, afirmou

que a contaminação do gado brasileiro é impossível. Segundo ele, a doença se transmite por meio do consumo, pelos bovinos, de uma ração feita a partir de carne de ovinos, e no Brasil o gado não come esse tipo de ração. Um lote de ovinos importado dos Estados Unidos com outros fins, e que apresentou suspeita de contaminação, foi incinerado, de acordo com Dias.

Além de Osmar Dias, integram a comissão parlamentar designada para ir ao Canadá os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Iris Rezende (PMDB-GO); e os deputados Ronaldo Caiado (PFL-GO), Rubens Furlan (PPS-SP), Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e Fernando Gabeira (PV-RJ). A comissão foi designada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, durante sessão do Congresso Nacional.

Suplicy quer ação dura do governo contra o embargo

Diante da atitude intempestiva do Canadá de embargar as importações de carne bovina brasileira sem as devidas informações científicas, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou o governo federal a agir duramente contra aquele país. “É chegada a hora de passar das palavras à ação”, afirmou.

Suplicy comentou a decisão do Congresso de enviar ao Canadá uma delegação de deputados e senadores para dialogar com os parlamentares canadenses na busca de uma solução. Ele lembrou que, de acordo com o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, os prejuízos comerciais já somam US\$ 2 bilhões, uma vez que os Estados Unidos e o México decidiram acompanhar a decisão canadense.

O senador manifestou sua esperança de que a missão do Canadá, que chega ao Brasil hoje para examinar o rebanho bovino, possa reconhecer suas boas condições sanitárias e a inexistência do mal da vaca louca. Se o Canadá decidir pela suspensão do embargo até sexta-feira, o Congresso poderá cancelar a ida da delegação, afirmou.

Suplicy alertou para a necessidade de o Brasil reavaliar o processo de abertura do mercado nacional a produtos estrangeiros, pois os países industrializados continuam a praticar políticas restritivas em relação aos produtos brasileiros. O senador afirmou que, na realidade, a pauta de exportações do Brasil é ditada pelos interesses das grandes empresas dos países desenvolvidos e, habilmente, esses países utilizam barreiras não-tarifárias, ambientais, fitossanitárias e trabalhistas para impedir a entrada de produtos brasileiros.

Tebet pede solução para Defensoria Pública no MS

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez um apelo ontem ao governador do Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, para que atenda às reivindicações dos defensores públicos do estado, que se encontram em greve. Segundo o senador, o governo local, além de não estar fornecendo os meios para viabilizar o trabalho da Defensoria Pública no estado, vem atrasando o pagamento dos salários desses servidores, o que os levou à paralisação.

Ramez Tebet disse que a greve está prejudicando sobretudo a população mais pobre do estado que procura a Justiça.

Ele manifestou o seu apoio às reivindicações dos defensores, mas disse discordar radicalmente da interrupção dos trabalhos. Acrescentou esperar do governador, a quem tem dado apoio político “nas causas em favor da população”, uma rápida solução para a paralisação da Defensoria Pública. Ele defendeu a imediata normalização desses serviços judiciais, “sobretudo em favor da cidadania, dos mais carentes e dos mais humildes”.

Tebet disse ainda que o governo estadual está tentando pagar os salários em atraso aos servidores, inclusive dos defensores, por meio de empréstimo do Banco do Brasil, em seis parcelas e com juros de 2,9% ao mês. Contudo, informou, ao ler o contrato firmado entre o banco e os funcionários, descobriu que não há aval ou qualquer garantia do estado à operação de crédito.

— Quero entender, do ponto de vista legal, que operação é essa que o Banco do Brasil e o governo estão fazendo no Mato Grosso do Sul. Que mágica é essa de se pagar os atrasados dos funcionários, sem a fiança, sem o aval do estado? — indagou o parlamentar.



Ramez Tebet apóia reivindicações, mas não a paralisação

Suassuna cobra urgência na ajuda a flagelados

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apelou em plenário, ontem, em favor de milhares de moradores de 14 cidades da Paraíba e de várias outras do sertão de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará que estão sofrendo com a seca. De acordo com o senador, os flagelados dependem da água contaminada levada pelos carros-pipas para suas cidades. “A cidade de Serra Branca, na Paraíba, por exemplo, está há mais de dois anos sofrendo, sem abastecimento de água”, lamentou o senador, que relatou o desespero da população e disse ter “vergonha de ser brasileiro” diante desse quadro.

— Falta dinheiro para providenciar água para o povo, mas para muitas bobagens não falta — afirmou, lembrando que as vítimas da seca contribuem com impostos e são tão merecedoras da ação do Estado quanto

todos os outros brasileiros.

Suassuna alertou para a cariedade da situação e para a insensibilidade da máquina burocrática. Ele criticou especificamente a burocracia dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Integração Regional, que repassam muito lentamente as verbas para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Segundo o senador, já estão faltando recursos até para os carros-pipas, apesar de eles serem uma solução ineficiente e provisória. A informação obtida junto aos ministérios, afirmou, é a de que “falta verba, mas a solução está sendo agilizada”. Ele lamentou a insensibilidade das autoridades e criticou a demora do governo em atender as cidades atingidas pela seca. “Duas semanas é muito tempo para quem está sem água”, salientou.



Ney Suassuna: “Falta dinheiro para providenciar água para o povo, mas para muitas bobagens não falta”

De acordo com Suassuna, os gastos governamentais para socorrer a população são irrisórios, ao contrário do que dizem os críticos. “Em 40 anos, a Sudene, que auxilia nove estados e 30 milhões de pessoas, gastou menos do que o que foi consumido pela construção da ponte Rio-Niterói”, disse. Para ele, dois bilhões e meio de reais solucionariam definitivamente o problema, com a transposição das águas do rio São Francisco. — Não estamos pedindo esmo-

las, queremos receber o que temos direito, para que então possamos seguir por conta própria — afirmou o senador da Paraíba, avaliando que todo o país seria beneficiado com a solução para as secas nordestinas.

Na opinião de Suassuna, isso estancaria o fluxo migratório para o Sul do país, onde os nordestinos são tratados como “cidadãos de segunda classe”, e até diminuiria os gastos no combate à violência, que consumiu, só no ano passado, mais de 84 bilhões de reais.